

A MUSEALIZAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS A PARTIR DO ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS¹

Cibele D. Piva Ferrari²

Sandra P. L. C. de Camargo Guedes³

Resumo: O presente artigo visa apresentar a análise das representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre a Ilha da Rita/SC, partindo da hipótese de que ela seja considerada um patrimônio cultural. A Ilha da Rita foi uma base naval de importância estratégica durante a Segunda Guerra Mundial e utilizada como posto de abastecimento a navios. Buscou-se compreender esse patrimônio com base na Teoria das Representações Sociais com maior foco na sua relação com os indivíduos, como é representado e como poderá ser apropriado e ressignificado. A pesquisa, de caráter quali-quantitativo e interdisciplinar trabalhou com os conceitos de patrimônio cultural, memória, identidade, identificação e interdisciplinaridade sendo que a fase da pesquisa de campo contou com a aplicação de 300 formulários com 28 perguntas. Os estudos mostraram que existe uma importante contribuição da análise das representações para a elaboração e o desenvolvimento das atividades relacionadas aos processos de musealização daquele bem. As representações sociais identificadas em torno do patrimônio cultural da Ilha da Rita referem-se à importância da história representada nele e à possibilidade de sua utilização como recurso turístico. Além disso, essa pesquisa evidenciou que a população tem necessidade e vontade de participar mais das decisões em torno do que é seu.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Representações Sociais, Interdisciplinaridade, Musealização, Ilha da Rita.

O estudo interdisciplinar do Patrimônio Cultural por meio da análise das Representações sociais

Um patrimônio cultural é constituído a partir do momento em que lhe é dado algum valor simbólico, permitindo o reconhecimento do passado de uma sociedade, de uma cultura e do que o conecta com a contemporaneidade (SALVADORI, 2008). A atribuição de valores e os processos de escolha dos bens a serem considerados como referências estão envoltos em disputas sociais relacionadas à designação de um passado digno de ser lembrado e de uma identidade a ser preservada e difundida. Por meio do estudo desses bens e do contexto histórico-social em que estão inseridos, é possível compreender como se constituem enquanto

¹ Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e ligada ao Grupo de Pesquisas “Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural” da Universidade da Região de Joinville – Univille.

² Universidade da Região de Joinville – Univille, Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade; cibelpiva@gmail.com.

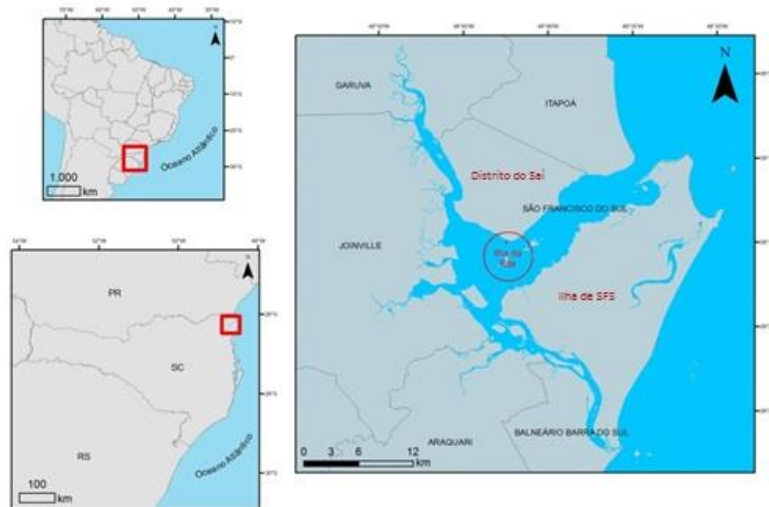
³ Universidade da Região de Joinville – Univille, Doutora em História, Orientadora, sandraplkguedes@gmail.com

patrimônio cultural. A escolha por desenvolver o estudo do patrimônio cultural por meio da Teoria das Representações Sociais se baseia numa possibilidade de compreensão ampla do objeto, tendo em vista que “as representações permitem acesso às dimensões simbólicas, culturais e práticas dos fenômenos sociais” (ALMEIDA; JODELET, 2009, p. 105). De acordo com Serge Moscovici, que desenvolveu a Teoria das Representações Sociais na Psicologia Social, na década de 1960, “todas as interações humanas pressupõem representações e é isso que as caracteriza” (MOSCOVICI, 2009, p. 40). Maria Cecília de Souza Minayo (2009, p. 89) afirma que nas Ciências Sociais as representações são definidas como “categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a” e que estão inseridas no jogo de interesses e disputas sociais.

A Ilha da Rita, objeto deste artigo, é uma das 25 ilhas pertencentes ao município de São Francisco do Sul, fica a apenas 400 metros do continente (Figura 1), e possui remanescentes da sua utilização como base naval durante a Segunda Guerra Mundial. A relação dessa ilha com a história naval do Brasil inicia em 1918, quando a Marinha Brasileira adquiriu os direitos sobre a Ilha de Francisco José Dias de Almeida, e também uma fazenda no Distrito do Saí, em frente à ilha (THIAGO; COELHO, 2001). A Ilha da Rita atingiu seu auge de utilização durante a Segunda Guerra Mundial, teve sua construção iniciada em 1937 e funcionou entre as décadas de 1940 e 1960. Fuzileiros de diversas partes do Brasil serviram ali neste período, contribuindo com intercâmbio cultural na região entre os habitantes da Ilha, do Distrito do Saí e de São Francisco do Sul (THIAGO; COELHO, 2001).

Tendo em vista o patrimônio natural inserido no rico ecossistema da baía Babitonga que a envolve, buscou-se investigar, por meio das representações sociais, de que forma a população do município de São Francisco do Sul se apropria dela enquanto patrimônio cultural, como dá sentido a ela, como se relaciona com a sua história e como entende a conservação deste legado com vistas a iniciativas culturais no local. Para tanto, considera-se necessária a compreensão dos conceitos de representações sociais e sua contribuição para o estudo interdisciplinar do patrimônio cultural, tendo em vista os processos de musealização dos bens patrimoniais.

Figura 1 – Localização do território do município de São Francisco do Sul e da baía Babitonga, em destaque a Ilha da Rita.



Fonte: André Lima, Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural/UNIVILLE.

Acredita-se que para uma melhor compreensão do patrimônio cultural, considerando suas dimensões histórica e social e também as relações estabelecidas pelos indivíduos, a prática interdisciplinar seja a forma de estudo que possibilite uma visão mais completa. O estudo das representações sociais pode propiciar o levantamento e a análise da configuração do pensamento social contemporâneo e como ele é construído, pois as representações sociais são definidas como categorias de pensamento que buscam expressar a realidade, construindo explicações e justificativas, fomentando novos questionamentos. Essas percepções, enquanto material de estudo, são matéria-prima muito importante e também se transformam em ferramenta para ações pedagógicas e políticas de transformação, porque retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2009).

As representações sociais estão relacionadas com a realidade social e histórica, e contribuem para a sua construção. O estudo da configuração social por meio delas revela a estrutura e os códigos da sociedade na qual os indivíduos estão inseridos. Possibilita também a análise de seu comportamento frente ao objeto de pesquisa, pois segundo Moscovici (2009), as representações são produtos, mas também são processos dentro do contexto das interações sociais. São produtos, pois possuem conteúdos, organizados em temas que incidem sobre a realidade; e são processos, pois se trata também de um movimento de apropriação dessa

realidade. As práticas culturais geram as representações que, por sua vez, geram tais práticas. O estudo das representações, a partir da Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici, configura-se como uma importante forma de estudar o pensamento social e seus mecanismos. Além de refletir o comportamento e a estrutura social, uma representação também condiciona ou responde a isso (MOSCOVICI, 2009). Tal situação se deve não apenas a uma origem coletiva, mas a um objeto coletivo e, por este motivo, compartilhado por todos e reforçado pelas tradições (MOSCOVICI, 2009).

Psicologicamente, as representações trabalham na adaptação, na inclusão no meio, familiarizando os objetos aos indivíduos, orientando as atividades sociais transformando-se em posturas frente a essa realidade. Socialmente, as representações são o conhecimento coletivo organizado. Rodríguez (2004) concorda com Moscovici quando afirma que as representações são primeiro sociais e depois individuais, pois se elaboram com base em um processo cognitivo individual, mas que toma como referência o meio. Moscovici (2009) insiste em sua especificidade, porque se diferencia de outros tipos de conhecimento socialmente elaborados como as modas, as correntes políticas ou religiosas, entre outros, porque nem todo pensamento social é uma representação. Ele afirma, ainda, que as representações sociais têm como função convencionalizar os objetos descrever, classificar e explicar a realidade. Dessas funções se desdobram outras relacionadas à comunicação e à orientação dos comportamentos; são justificadoras desses e também normatizam as relações intergrupais (RODRÍGUEZ, 2004). As representações não se referem somente ao conteúdo, mas também ao processo da atividade psíquica que implica na apreensão ou na criação da realidade, que atua como mediadora entre os processos perceptivos e cognitivos, os quais produzem um signo, uma imagem, uma representação.

As representações são sociais, pois se baseiam no cotidiano, nas pessoas que criam suas próprias realidades, servindo-se delas para se comunicar e se identificar. Diante disso, devem ser estudadas coletivamente, levando em consideração os aspectos atitudinais, as emoções, as formas de comunicação, as explicações causais e o comportamento frente ao objeto e ao cotidiano. A Psicologia Social tem como objeto o acontecimento social no seu contexto e não tem como identificá-lo e conhecê-lo fora daquele lugar (ALMEIDA; TRINDADE; SANTOS, 2011). As representações permitem que se criem redes de elaboração e transmissão de informação. Por terem um caráter social, servem como ferramentas de coesão das comunidades e dos grupos e, por vezes, de contradições que os diferenciam. As representações sociais são importantes ferramentas no estudo e na preservação de bens

patrimoniais à medida que se conhece a relação que a sociedade mantém com estes bens.

O estudo das representações sociais possibilita a problematização do cotidiano enquanto campo de produção histórico-social do saber. A história está sendo feita, representada, recriada e ressignificada, assim como as relações do homem com a materialidade e a imaterialidade do Patrimônio Cultural ocorrem simultaneamente. Os processos de identificação, ressignificação, apropriação, valorização, defesa e difusão do patrimônio estão intimamente ligados aos processos do conhecimento social da realidade, bem como a partir de uma compreensão histórica da realidade representada. Isso faz com que os indivíduos se identifiquem, reconhecendo-se ou não com o patrimônio, incluindo-o ou não na sua vida cotidiana.

Daí se dá a importância do estudo das representações sociais, pois permite explicar o que une os indivíduos, um grupo, uma sociedade e os faz agir conjuntamente. Com “o objetivo de permanecer unidas, as pessoas criam instituições e seguem um conjunto de regras, que demandam um sistema de crenças e de representações compartilhadas próprias de suas culturas” (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011, p. 117). Identificar e perceber quais são os aspectos de união e convergência de uma sociedade em torno do patrimônio e a história nele representada possibilita que o poder público desenvolva atividades relacionadas com o patrimônio cultural e voltadas aos interesses da sociedade. Isso porque “o estudo das representações sociais é mais do que a listagem de sentidos verbalizados sobre objetos, e sim uma tentativa de abarcar o marco do jogo representacional e sua complexidade em esferas públicas” (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011, p. 169). A análise da realidade e de seu jogo representacional não se dá apenas para que este conhecimento seja listado e compreendido em suas mais variadas esferas, mas também para que ele possa transformá-las.

Representações Sociais sobre o Patrimônio Cultural da Ilha da Rita

As representações sociais fazem parte da imaterialidade do patrimônio cultural, são construções simbólicas e estão relacionadas com as práticas sociais, são a força de uma sociedade que se comunica e se transforma. Elas refletem a realidade de acordo com tal contexto e são desenvolvidas com o fim de formar e orientar os comportamentos, dominar o ambiente e se comunicar socialmente. Fazendo, então, parte das caracterizações dos grupos, das comunidades e das culturas em períodos históricos determinados. Contudo, elas não explicam toda a dinâmica social, pois são parte do conhecimento social, uma expressão do pensamento não formalizado de

determinada sociedade ou grupo. A produção científica sobre o patrimônio cultural perpassa necessariamente a prática interdisciplinar para obter uma melhor compreensão e poder influenciar no cotidiano da sociedade.

Partindo da hipótese de que a Ilha da Rita é reconhecidamente um patrimônio cultural do município de São Francisco do Sul e tendo conhecimento de que as representações a seu respeito são construídas socialmente, buscou-se analisar como essa ilha é representada por aqueles que estão relacionados a ela de forma mais próxima. Acredita-se que as questões que envolvam a gestão do patrimônio cultural devem considerar a demanda da população, analisando quais sejam e que podem ser positivas ou não em relação à preservação, dado que “a implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteada pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 59). Diante disso, este estudo das representações sociais é também uma das possibilidades para compreender os significados que aquele patrimônio cultural tem para os indivíduos de São Francisco do Sul, bem como a forma como esses significados foram construídos e influenciam nos processos de reconhecimento e preservação do patrimônio.

Para tal análise foram aplicados trezentos formulários⁴, bem como foram realizadas entrevistas orais e consultadas outras já existentes, localizadas no acervo do Laboratório de História Oral da Univille – LHO. Após a coleta, os dados foram tabulados com auxílio da ferramenta de *survey*, do *Google Docs*⁵, que possibilitou que fossem exportados para o programa Excel. Posteriormente os dados foram tratados e distribuídos em tabelas para proceder à construção do perfil, e à análise e identificação as representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre o patrimônio cultural da Ilha da Rita.

Iniciou-se questionando se os entrevistados já haviam ouvido falar do local e se já tinham estado na Ilha: todos os 300 entrevistados responderam que já ouviram falar, mas apenas 33% deles já foram até ela. Entre os entrevistados que já foram à Ilha, 69% são moradores do Distrito do Saí, que estão bem mais próximos do local. Um dado que reflete a

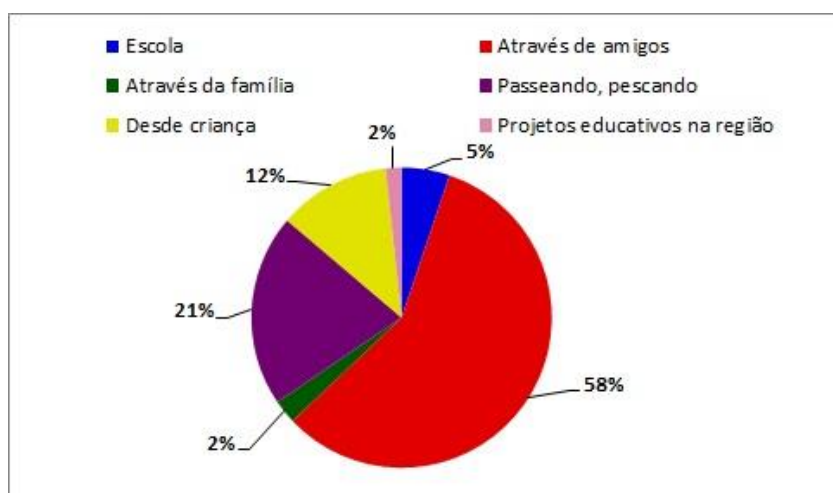
⁴ Os 300 formulários aplicados correspondem a uma amostragem da população, que para além da obtenção de dados estatísticos, possibilitaram que as respostas fossem cruzadas, considerando os fatores sociais que as influenciam, buscando identificar as representações sociais sobre a Ilha da Rita. A divisão entre gêneros para aplicação dos formulários foi paritária, seguindo a proporção do município de acordo com os dados do IBGE (2011), bem como a partir destas referências os sujeitos foram divididos em três faixas etárias: 1) 18 a 29 anos; 2) 30 a 55 anos; 3) acima de 56 anos. A divisão do número de formulários entre o Distrito do Saí e a Ilha de São Francisco do Sul também seguiu as indicações de proporção de habitantes do IBGE, confirmadas pelas unidades de saúde básica e administração municipal no Distrito, sendo respectivamente 30 e 270 formulários.

⁵ A palavra refere-se ao método de pesquisa quantitativo e é uma das ferramentas das quais dispõem os usuários do Google. Possibilita que o formulário seja alimentado virtualmente e posteriormente estes dados sejam exportados ao Excel para tratamento e análise. Nesta pesquisa, o acesso aos dados esteve disponível apenas para a mestranda.

situação contemporânea da Ilha é que, desses 33% que já a visitaram, 90% têm mais de 30 anos. Como a Ilha está sob custódia da Univille desde 1999, ela está fechada para visitação, acampamento, pesca, entre outras atividades de lazer que ali eram realizadas até então. É natural que os entrevistados mais novos não tenham tido a oportunidade de conhecê-la, apesar de terem ciência sobre sua história, que faz parte do currículo escolar, ou por ouvir falarem os amigos, familiares e a população local.

No Gráfico 1 é possível verificar os dados referentes à resposta de todos os entrevistados sobre como conheceram ou apenas ouviram falar sobre a Ilha: 58% responderam que foi por meio de amigos, seguidos de 21% que foi passeando pela baía Babitonga ou mesmo pescando. Destaca-se que os remanescentes materiais da base são facilmente visualizados pela face sul da Ilha, por onde passam muitas embarcações, inclusive um barco de turismo que na narrativa da viagem chama a atenção para a Ilha da Rita e sua história.

Gráfico 1 – Como ouviu falar sobre a Ilha da Rita.

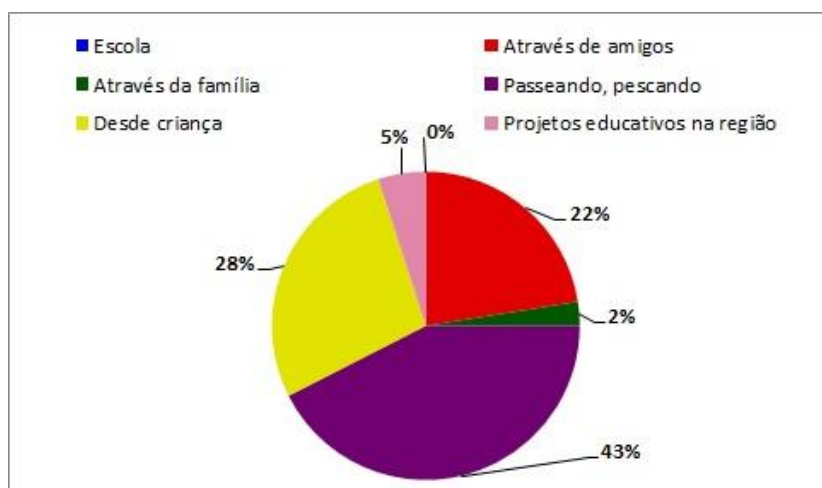


Fonte: Da Autora, 2012.

Considerando os dados relativos apenas aos 33% dos entrevistados que já visitaram a Ilha da Rita (Gráfico 2), percebe-se que uma grande parte (43%) chegou até ela quando estava passeando ou pescando na região e resolveu aportar ali. Outros 28% conhecem a Ilha desde crianças, brincaram lá quando mais novos. Ainda referente a essa questão, 22% dos entrevistados conheceram a Ilha pela indicação de amigos. Apenas 5% dos entrevistados conheceu a Ilha por meio da escola, o que possibilita refletir sobre o papel da educação nas representações. Anteriormente foi abordado como a escolaridade influencia na formação das

representações sobre o que é patrimônio cultural, no entanto, em relação especificamente à Ilha da Rita, a atuação da escola é mínima. A utilização da Ilha da Rita como instrumento pedagógico possibilitaria que mais indivíduos de São Francisco do Sul conhecessem esse patrimônio, apropriando-se dele enquanto referencial cultural e de memória.

Gráfico 2 – Como conheceu pessoalmente a Ilha da Rita.



Fonte: Da Autora, 2012.

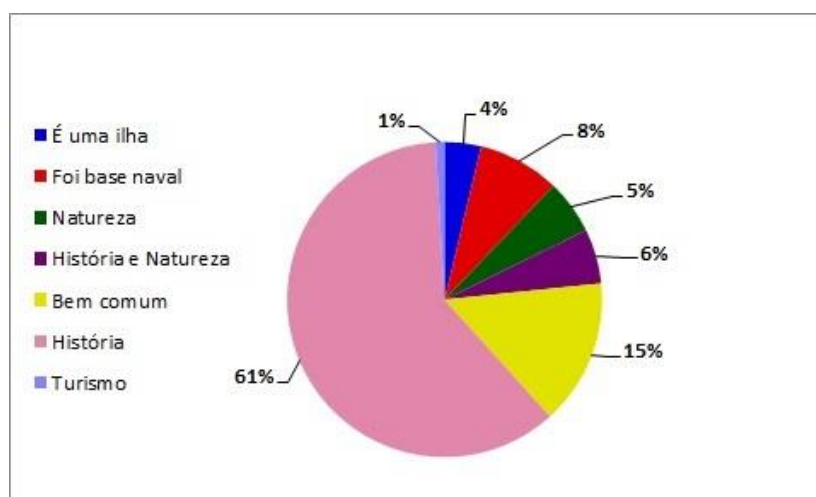
Quando respondiam a pergunta de como conheceram pessoalmente a Ilha, muitos gostavam de contar suas memórias a respeito. Era muito comum, segundo eles, ir à Ilha da Rita para pescar e acampar; era um local de lazer a que todos tinham acesso. Além de casos de pescadores, alguns homens lembraram suas aventuras de infância com amigos ou de acampamentos em grupos de jovens, em família, entre outras formas de diversão e lazer que a Ilha da Rita foi palco, tanto durante o tempo em que os militares estavam ali (daí dependia da amizade com eles), como após o fechamento da base naval, quando ficou sob responsabilidade do Porto.

Percebeu-se um desejo de preservar o patrimônio para preservar a memória ali representada — tanto a oficial (Marinha) quanto as memórias de cada entrevistado em relação à Ilha da Rita. É a idealização desse patrimônio como um lugar de memória, é a materialização da memória em um lugar, uma história que este espaço representa (NORA, 1993). O anseio de transformação do local em um lugar de memória denuncia a intenção de bloquear o esquecimento, de acordo com o que Nora (1993) afirma ser a intenção da criação desses lugares, servindo como referencial de memória e identidade. Notou-se, nas entrevistas, que os mais velhos que contavam sobre essas memórias estão morrendo, e a requalificação da

Ilha seria uma possibilidade de registrá-las e contá-las a partir dos remanescentes materiais, tendo em vista que a história ali representada é motivo de grande orgulho para essa população — motivos como ter feito parte da Segunda Guerra e ter sido visitada pelo presidente da República exemplificam esse sentimento.

Também se questionou se o entrevistado considera a Ilha da Rita um patrimônio cultural e 97% dos entrevistados afirmaram que a Ilha é um patrimônio. A pergunta seguinte, que questionava o porquê de afirmarem isso, possibilita buscar compreender como se formou esta representação. Em seguida, no Gráfico 3, é possível visualizar as respostas gerais sobre a pergunta, que foram agregadas em sete eixos principais: referência à sua importância histórica (61%), ao fato de ser um bem comum, um bem da população (15%), menções por ter sido base naval e a presença da Marinha no local (8%), o reconhecimento da Ilha como patrimônio por sua natureza e pelo conjunto formado pelo valor histórico e pela riqueza natural mencionada pelo mesmo percentual de entrevistados (6%). Em menor quantidade foi justificado que ela é um patrimônio por ser uma das ilhas que formam o rico arquipélago da baía Babitonga (4%). O valor turístico a ela agregado como patrimônio cultural foi apontado por apenas 1%, o que é justificável, pois ainda não está aberta para esta atividade: os entrevistados a visualizam, no futuro, como um ponto turístico importante, mas em se tratando de explicações sobre suas representações atuais, ainda não figura desta forma.

Gráfico 3 – Por que a Ilha da Rita é um patrimônio cultural.



Fonte: Da Autora, 2012.

Na busca dos fatores determinantes sociais para estas representações, percebe-se, por meio dos dados, que a idade e o gênero não originaram alterações significativas nas

representações sobre o motivo que justifica considerarem a Ilha da Rita como um patrimônio cultural. Em relação ao gênero, pode-se destacar apenas que um percentual maior de homens mencionou o fato em relação às mulheres, e também o geral – total de homens e mulheres – o fato de ter servido como base naval. Em relação à escolaridade, percebeu-se que os entrevistados com formação de graduandos até pós-graduados relacionaram essa representação principalmente aos aspectos históricos, ao bem comum e à utilização da Ilha da Rita como base naval.

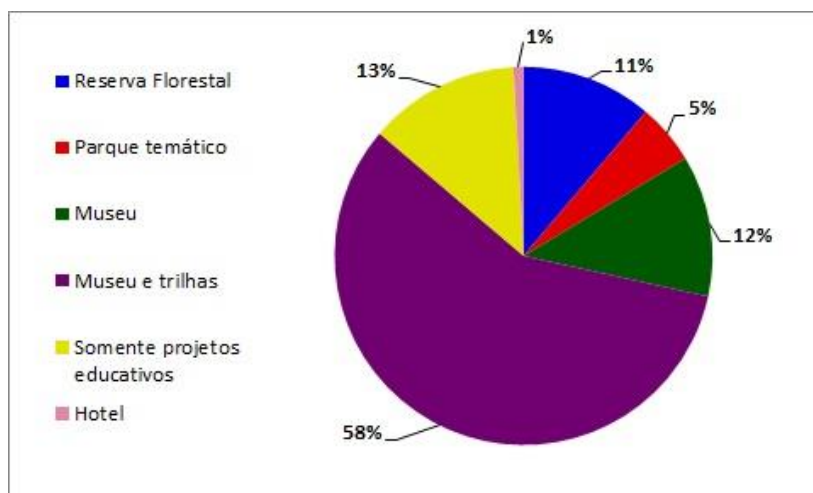
A considerável similaridade em diversos aspectos das representações que foram levantadas aponta que as representações sobre a Ilha da Rita são fortes e ao serem repassadas pelo boca a boca se solidificam, independente do grupo social, demonstrando que a identificação comunitária é mais impactante nessa sociedade do que as diversas possibilidades de identificação dos indivíduos (grupos de idade, de gênero, ocupação profissional e local de moradia, por exemplo).

Os 3% dos entrevistados que consideram que a Ilha da Rita não seja um patrimônio cultural justificam sua afirmativa pelo fato dela ser propriedade da Marinha. Em comum entre estes entrevistados, pode-se destacar o fato de serem todos naturais e residentes da Ilha de São Francisco do Sul e nunca terem ido visitar a Ilha da Rita. Dentre eles, 75% são homens aposentados com mais de 56 anos e 25% são donas de casa entre 30 e 55 anos. Perceberam-se, nas demais respostas dadas por estes entrevistados a respeito da Ilha da Rita, que não possuem qualquer identificação particular com o local. Para eles, é somente mais uma Ilha entre as demais da baía, que possui seu valor histórico reconhecido e que pode ser utilizada como recurso turístico, mas com a qual eles não possuem laços de afetividade e nem irão se envolver nas atividades que porventura sejam ali realizadas. A Ilha da Rita é de fato propriedade da Marinha, contudo, está cedida para a Univille desde 1999, e também já esteve sob responsabilidade do Porto de São Francisco do Sul.

Após a investigação das representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre a Ilha da Rita enquanto patrimônio cultural deu-se sequência à identificação das atividades que podem ser feitas no caso de sua abertura ao público. Buscou-se, por meio disso, perceber o que se espera que seja feito na Ilha. O secretário municipal de Turismo, Augusto Kolling (2012), destacou a necessidade de estudar as possibilidades a serem desenvolvidas como fundamental. Já se sabe que a representação em torno de sua principal função é a utilização como recurso turístico, dadas às características do município e as representações sociais levantadas e que são influenciadas por isso. Levando em consideração

as representações sobre a Ilha da Rita que destacam sua importância histórica e sua riqueza natural como principais motivos para que seja considerada patrimônio cultural, o resultado da questão é uma consequência que pode ser visualizada no Gráfico 5: 58% dos entrevistados afirmaram que nela pode ser feito um museu para contar a história ali representada e também trilhas para que sua natureza exuberante seja conhecida e aproveitada pelos visitantes. Apenas a criação de um museu na Ilha da Rita também foi citada por 12% dos entrevistados, e estas respostas foram consideradas tais quais foram dadas. Acredita-se que essas representações sejam fortemente influenciadas pelas informações que circulam a respeito da intenção da Univille e da Prefeitura Municipal em relação à Ilha da Rita, citadas por pessoas envolvidas nos projetos que estão sendo desenvolvidas e repassadas no boca a boca.

Gráfico 5 – O que deve ser feito na Ilha da Rita.



Fonte: Da Autora, 2012.

Além destes, 13% dos entrevistados afirmaram que devem ser desenvolvidos somente projetos educativos para conscientizar sobre a história e o meio ambiente a serem preservados. Seguindo a ideia de preservação ambiental, 11% afirmaram que a Ilha deve ser fechada e sua biodiversidade deve ser preservada. Havia ainda mais uma opção no formulário, que foi respondida por 5% dos entrevistados: a construção de um parque temático — as sugestões de temas foram diversas e, em sua maioria, fazendo relação à Marinha e à utilização da Ilha como base naval. Somada às opções existentes, a construção de um hotel ou albergue para mochileiros foi sugerida por 1% dos entrevistados, também aproveitando seu valor histórico e a abundância da natureza. Não houve discrepâncias quando feitos os cruzamentos das respostas entre os fatores sociais relativos ao gênero, à ocupação, à faixa etária, à

escolaridade nem ao local de moradia.

Quando perguntados sobre qual acreditam que seria o resultado da reabertura da Ilha da Rita, do total de entrevistados, 82% acreditam que trará desenvolvimento para a região e a população irá se envolver — e esta é uma opinião da qual comungam todas as especificidades levantadas no perfil (não há o que destacar neste sentido). Ao serem questionados se estariam dispostos a se envolver em projetos a serem desenvolvidos na Ilha da Rita, os entrevistados ficaram divididos: 53% afirmaram que iriam, sim, participar, e 47% não. O maior percentual de entrevistados dispostos a participar (Tabela 1) encontra-se na faixa etária dos que possuem mais do que 56 anos.

Tabela 1 – Envolvimento prático com a Ilha da Rita.

| | 18 a 29 anos | 30 e 55 anos | Acima de 56 | Geral |
|-----|---------------------|---------------------|--------------------|--------------|
| Sim | 32% | 45% | 63% | 47% |
| Não | 68% | 55% | 37% | 53% |

Fonte: Da Autora, 2012.

Pode-se compreender esta representação a partir dos elementos identificados como relativos à participação popular na gestão municipal: não há um conselho municipal de cultura no qual as decisões são tomadas com a participação popular. A administração e as decisões são tomadas pelos órgãos oficiais considerados responsáveis e sem a inclusão direta da população, e é assim que esses indivíduos desenvolveram sua representação sobre a necessidade de se envolverem: apoiam, querem que seja feito e reconhecem a importância, mas não se consideram responsáveis por isso.

Uma das principais funções que o patrimônio cultural tem é servir como base para a construção da cidadania por meio do acesso à memória, e a sensibilidade para o patrimônio deve ser desenvolvida desde cedo nas crianças para que se formem a partir disso. Assim, a última questão do formulário buscou investigar o que os entrevistados pensam a respeito de como a Ilha servirá para as futuras gerações. Em termos gerais, a maioria (56%) acredita que elas irão preservar a riqueza ambiental e histórica da Ilha da Rita, irão se apropriar dela e nela desenvolver mais projetos voltados às necessidades do seu tempo. Alguns entrevistados sublinharam que acreditam que isso pode acontecer, mas que é necessário que seja ensinado às crianças a valorização do meio ambiente e da história, e o reconhecimento da Ilha da Rita como um bem que, ao mesmo tempo em que pode produzir recursos econômicos deve ser

preservado. Outros 25% dos questionados acreditam que as novas gerações somente darão continuidade para obter os recursos advindos da exploração da Ilha. Percebeu-se, nessas falas, certa descrença nas possibilidades de mudança na configuração que a educação tem e, também, a educação para o patrimônio. Não houve discrepâncias em relação aos fatores sociais, mas pode-se destacar que 58% desses entrevistados consideram que o motivo da preservação do patrimônio esteja relacionado principalmente ao turismo. Essa representação é baseada na importância do patrimônio como recurso econômico e não educacional.

Ainda em relação à questão da relação das futuras gerações com a Ilha da Rita, 16% afirmaram não saber o que pode acontecer e 3% disseram que não consideram relevante a preservação. A grande maioria (80%) dos entrevistados que fizeram esta afirmação têm mais de 56 anos e em suas falas demonstraram total descrédito com as futuras gerações. Destacaram a falta de educação que percebem existir, como as crianças que ficam sem fazer nada de útil, em sua opinião, e que a Ilha não será bem cuidada por elas quando forem adultas.

A escola possui um fator determinante sobre as representações sociais, bem como os ensinamentos passados pelos mais velhos. Contudo, vê-se que de um lado a escola tem falhado em seu papel no tocante à história local e, de outro, que os mais velhos estão morrendo e com eles as memórias locais. Há a dupla necessidade de inserir nas discussões educacionais do município esta demanda e de registrar as memórias dos antigos moradores, que muito têm a ensinar.

Reflexões para a musealização da Ilha da Rita

A construção do pensamento social é determinada tanto pelos fatores locais e sociais quanto pelos globais. A configuração desse pensamento, com base nesses fatores, pode ser analisada por meio das representações sociais. Ao ser estudado o patrimônio cultural a partir desta teoria, confirmou-se como ele fundamenta a produção social da memória e os processos de identificação, que serão objetivados nas representações sociais, ao mesmo tempo em que delas se alimentam. Acredita-se que as memórias e a história sobre a Ilha da Rita fornecem subsídios para a análise das representações sociais, e possibilitam conhecer os aspectos que a constituem enquanto patrimônio cultural. Os dados obtidos na pesquisa de campo permitiram a identificação das representações sociais sobre a Ilha da Rita, as necessidades e os anseios da população de São Francisco do Sul em relação a este espaço, bem como confirmaram que a

Ilha da Rita é considerada um patrimônio cultural. Tais dados poderão servir como subsídios para projetos de intervenção cultural na Ilha da Rita e no cotidiano da população, buscando não apenas a preservação, mas o desenvolvimento de atividades que considerem os interesses locais.

Os resultados da pesquisa apontaram para a vontade dessa sociedade de que a história ali ocorrida seja preservada e difundida. Contudo, deve-se perceber a Ilha da Rita em relação à contemporaneidade e não cair nem na intenção de uma retórica holística, nem num saudosismo da história ali representada, mas sim perceber a relevância desse espaço na configuração atual da cidade e como os indivíduos podem e querem se apropriar dela no presente e a partir do mesmo. Crê-se que tais dados podem servir como subsídios para projetos de musealização no local, tendo ciência do que esperam e como se envolveriam na continuidade de projetos voltados ao patrimônio cultural da Ilha da Rita e sua preservação.

Acredita-se que a musealização da Ilha da Rita é necessária não apenas como estratégia de preservação, mas também como processo informacional e possibilidade de favorecer o acesso de pesquisadores a ela, possibilitando que sejam levantadas novas perspectivas ainda não desenvolvidas (LOUREIRO, 2011). Nesse sentido, além da preservação da Ilha da Rita, a sua musealização ultrapassará a manutenção da sua integridade material, e fará parte desse processo a disseminação de informações, tanto para turistas quanto para a sociedade na qual está inserida, a população de São Francisco do Sul, e novos pesquisadores.

Referências

ALMEIDA, Angela M.O, JODELET, Denise (Org). **Representações Sociais: Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas**. Brasília: Thesaurus, 2009.

ALMEIDA, Angela M.O.; SANTOS, Maria de Fátima S.; TRINDADE, Zeidi Araújo. (Org). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Tecnopolitck/Centro Moscovici, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELLEGRINI, Sandra. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Org.). **Textos em representações sociais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LOUREIRO, M. L. N.M. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. In: **SIAM. Series Iberoamericanas de Museología**. Ano 3, v. 7. Madrid, 2011. Disponível em:

http://issuu.com/_publicacion/docs/vol._7.criterios_y_desarrollo_de_musealizaci_n. Acesso em: 30/10/2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica In: GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Org). **Textos em representações sociais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RODRÍGUEZ, Eulogio Romero. (Org). **Representaciones sociales: atisbos, cabilaciones del devenir de cuatro décadas**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004.

SALVADORI, Maria Angela B. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

THIAGO, Raquel S.; COELHO, Ilanil. A Univille na história da paisagem da Ilha da Rita. **Revista Univille**, Joinville (SC), v.6, n.2, p. 49-62, 2001.